Fernando Pessoa

O CASO MENTAL Português

edição Fernando Cabral Martins Richard Zenith

ASSÍRIO & ALVIM

Cumprindo uma necessidade analítica absorvente, e entre tantos temas e matérias, também o «caso mental português» ocupa Pessoa ao longo da sua vida. Publica na imprensa artigos e entrevistas, culminando com «O Provincianismo Português», de 1928, retomado e desenvolvido em 1932 com «O Caso Mental Português». Vai variando de pontos de vista, destacando o que lhe parece marcante na caracterização do temperamento nacional, a partir de uma tomada de consciência da condição de marginalidade e decadência de Portugal que, no século XIX, a geração de Antero e Eça já tinha denunciado. Essas publicações em vida estão reunidas na primeira parte deste volume, apresentando a segunda parte textos revelados em recolhas póstumas — e ainda dois inéditos — que tratam o mesmo tema.

Deve dizer-se que a linha que segue Pessoa pouco ou nada tem que ver com a reflexão moderna iniciada pela Geração de 70, ou prosseguida com a paixão visionária de Teixeira de Pascoaes ao criar, na aurora do século XX, uma religião poética do renascimento da nação, o Saudosismo. De facto, e como esclarece *O Labirinto da Saudade* (1978), de Eduardo Lourenço, dá-se em Pessoa um processo de efetiva «desprovincialização» do imaginário português — o que nos sugere que é nele mesmo que consiste a resolução da decadência

nacional e a evidência da sua superação. Ele faz a sua escolaridade no sistema de ensino inglês na colónia do Natal, viaja muito até aos 17 anos e escreve em três línguas uma literatura de radical originalidade, pelo que figura a própria personificação do cosmopolitismo.

Entretanto, a análise da psique portuguesa levada a cabo por Pessoa não se reduz a uma colocação sociológica ou cultural do problema. Num dos trechos inéditos revelado neste volume, pode ler-se: «Somos o país dos poetas e artistas, como em certo modo o somos dos políticos e comerciantes, por graça de Deus. Confiamos tudo ao jeito natural ou à inspiração. Se aplicássemos esse critério à nossa vida de corpo, concluiríamos que não seria preciso alimentar-nos, pois basta para alimento a capacidade digestiva do estômago.» Assim, considerando em conjunto artistas, políticos e comerciantes, emerge uma ideia nuclear: o provincianismo, aqui caracterizado pela confiança cega na inspiração e definido noutros textos pela «vivacidade pobre» na emoção e, sobretudo, pelo «espírito de imitação».

Pode compreender-se, portanto, a simultaneidade na publicação, no mesmo mês de novembro de 1932, do artigo «O Caso Mental Português» (na revista *Fama*) e do poema «Autopsicografia» (na revista *presença*): à análise crítica das «camadas mentais» da sociedade portuguesa, e da fé que todas depositam na inspiração, contrapõe-se a poética do fingidor, que desvaloriza a inspiração.

Porque é na literatura que a problemática do provincianismo se torna mais clara. Considere-se o artigo de 1928,

CRÓNICA DA VIDA QUE PASSA II

Das feições de alma que caracterizam o povo português, a mais irritante é, sem dúvida, o seu excesso de disciplina. Somos o povo disciplinado por excelência. Levamos a disciplina social àquele ponto de excesso em que coisa nenhuma, por boa que seja — e eu não creio que a disciplina seja boa — por força que há de ser prejudicial.

Tão regrada, regular e organizada é a vida social portuguesa que mais parece que somos um exército do que uma nação de gente com existências individuais. Nunca o português tem uma ação sua, quebrando com o meio, virando as costas aos vizinhos. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está sempre à espera dos outros para tudo. E quando, por um milagre de desnacionalização temporária, pratica a traição à Pátria de ter um gesto, um pensamento, ou um sentimento independente, a sua audácia nunca é completa, porque não tira os olhos dos outros, nem a sua atenção da sua crítica.

Parecemo-nos muito com os Alemães. Como eles, agimos sempre em grupo, e cada um do grupo porque os outros agem.

Por isso aqui, como na Alemanha, nunca é possível determinar responsabilidades; elas são sempre da sexta pessoa

num caso onde só agiram cinco. Como os Alemães, nós esperamos sempre pela voz de comando. Como eles, sofremos da doença da Autoridade — acatar criaturas que ninguém sabe porque são acatadas, citar nomes que nenhuma valorização objetiva autentica como citáveis, seguir chefes que nenhum gesto de competência nomeou para as responsabilidades da ação. Como os Alemães, nós compensamos a nossa rígida disciplina fundamental por uma indisciplina superficial, de crianças que brincam à vida. Refilamos só de palavras. Dizemos mal só às escondidas. E somos invejosos, grosseiros e bárbaros, de nosso verdadeiro feitio, porque tais são as qualidades de toda a criatura que a disciplina moeu, em quem a individualidade se atrofiou.

Diferimos dos Alemães, é certo, em certos pontos evidentes das realizações da vida. Mas a diferença é apenas aparente. Eles elevaram a disciplina social, temperamento neles como em nós, a um sistema de estado e de governo; ao passo que nós, mais rigidamente disciplinados e coerentes, nunca infligimos a nossa rude disciplina social, especializando-a para um estado ou uma administração. Deixamo-la coerentemente entregue ao próprio vulto íntegro da sociedade. Daí a nossa decadência!

Somos incapazes de revolta e de agitação. Quando fizemos uma «revolução» foi para implantar uma coisa igual ao que já estava. Manchámos essa revolução com a brandura com que tratámos os vencidos. E não nos resultou uma guerra civil, que nos despertasse; não nos resultou uma anarquia, uma perturbação das consciências. Ficámos miserandamente os mesmos disciplinados que éramos. Foi um gesto infantil, de superfície e fingimento. Portugal precisa dum indisciplina-

dor. Todos os indisciplinadores que temos tido, ou que temos querido ter, nos têm falhado. Como não acontecer assim, se é da nossa raça que eles saem? As poucas figuras que de vez em quando têm surgido na nossa vida política com aproveitáveis qualidades de perturbadores fracassam logo, traem logo a sua missão. Qual é a primeira coisa que fazem? Organizam um partido... Caem na disciplina por uma fatalidade ancestral.

Trabalhemos ao menos — nós, os novos — por perturbar as almas, por desorientar os espíritos. Cultivemos, em nós próprios, a desintegração mental como uma flor de preço. Construamos uma anarquia portuguesa. Escrupulizemos no doentio e no dissolvente. É a nossa missão, a par de ser a mais civilizada e a mais moderna, será também a mais moral e a mais patriótica.

O Jornal, Lisboa, 8 de abril de 1915

CRÓNICA DA VIDA QUE PASSA III

Sempre que alguém entra em discutir o carácter do povo português, pode adivinhar-se que, a certa altura da análise, dirá que uma das mais notáveis faculdades do nosso espírito é o excesso de imaginação. Por um acaso inexplicável, esta apreciação vulgar resulta justa. É certo que o português sofre duma imaginação excessiva.

rrejacio)
O CASO MENTAL PORTUGUÊS	
ARTIGOS E ENTREVISTAS	
Crónica da vida que passa II	17
Crónica da vida que passa III	19
Entrevista sobre arte e literatura	22
Portugal, vasto império — um inquérito	
NACIONAL	29
O provincianismo português	36
O caso mental português	39
TRECHOS VÁRIOS E FRAGMENTOS	
Quatro milhões e tal de máquinas não d'aço	51
O iconoclasta — república e religião	51
Sobre um inquérito literário	52
A minha resposta ao que você me pergunta	55
Entre os vários preconceitos	58
Atlantismo	61
A não latinidade da Ibéria	62

I ENTATIVA DE ESBOÇO DA PSIQUE IBERICA	
(PROPRIAMENTE)	. 64
A desorientação em que temos vivido	. 67
No seu sentido superior e profundo	. 68
Nada há de menos latino que um português	. 70
Ecolália interior	. 71
Há três espécies de Portugal	. 71
Sendo nós portugueses	. 74
O característico distintivo	. 75
Mas o provincianismo tem outro aspeto	. 77
Se percorrermos, olhando sem óculos	. 78
Comecemos pelo espírito de imitação	. 80
Que ideias gerais temos?	. 82
Produto de dois séculos	. 83
Interregno	. 84
O português, fortemente	. 85
Notas	95